

 PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE	Protocolo de Envio de Procuração										
Enviado para 2ª VARA CÍVEL DE ITABAIANA											
OAB: 2592##SE Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ Nº do Protocolo: 20190916160504560 Nº do Processo: 201952101151 Data de Envio: 16/09/2019 04:05 PM Tipo de documento: Procuração - Vinculação de advogado ao processo. PROTOCOLO PENDENTE!!!											
<table border="1"><thead><tr><th>Descrição</th><th>Anexo</th></tr></thead><tbody><tr><td>Petição</td><td>2642198_CONTESTACAO (1).pdf</td></tr><tr><td>Procuração</td><td>ATOS_CONSTITUTIVOS_LIDER-1-10.pdf</td></tr><tr><td>Procuração</td><td>ATOS_CONSTITUTIVOS_LIDER-11-20.pdf</td></tr><tr><td>Outros documentos</td><td>2642198_PROCESSO_ADM_UNIFICADO.pdf</td></tr></tbody></table>		Descrição	Anexo	Petição	2642198_CONTESTACAO (1).pdf	Procuração	ATOS_CONSTITUTIVOS_LIDER-1-10.pdf	Procuração	ATOS_CONSTITUTIVOS_LIDER-11-20.pdf	Outros documentos	2642198_PROCESSO_ADM_UNIFICADO.pdf
Descrição	Anexo										
Petição	2642198_CONTESTACAO (1).pdf										
Procuração	ATOS_CONSTITUTIVOS_LIDER-1-10.pdf										
Procuração	ATOS_CONSTITUTIVOS_LIDER-11-20.pdf										
Outros documentos	2642198_PROCESSO_ADM_UNIFICADO.pdf										

imprimir



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANA/SE

Processo: 201952101151

INCIDENTE DE PRESCRIÇÃO:

Data Limite do Ajuizamento: 07/08/2019

Data do Ajuizamento: 16/08/2019

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JAQUELINE MARIA DE JESUS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **04/07/2015**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **02/02/2016**.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

A pretensão esposita na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

QUESTÃO PREJUDICIAL DE MÉRITO

DA PRESCRIÇÃO

A parte autora alega ter sofrido acidente de trânsito em 04/07/2015, ficando debilitada de forma permanente.

Em 30/05/2018, a parte autora deu entrada no pedido administrativo, **suspendendo** assim, o prazo prescricional que estava em curso, conforme previsão da súmula 229 do STJ.



Súmula 229 STJ: “O pedido do pagamento de indenização à Seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão”.

Em 04/07/2019, a Ré encaminhou carta de negativa / informando pagamento administrativo, e assim, após esta data, o prazo prescricional voltou a fluir, encerrando-se em 07/08/2019.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3190337473

Vítima: JAQUELINE MARIA DE JESUS

Data do Acidente: 04/07/2015

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA PORTO

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), JAQUELINE MARIA DE JESUS

Ocorre que a presente ação foi ajuizada em 16/08/2019, ou seja, após o término do prazo prescricional.

Dados do Processo:

Número Único 0005791-11.2019.8.25.0034	Classe Procedimento Comum	Processo Origem --
Tipo Eletrônico	Competência 2ª Vara Cível de Itaboraí	Segredo N (Não)
Distribuição 16/08/2019	Impedimento/Suspeição N (Não)	Valor da Causa --

Vejamos a jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PRESCRIÇÃO ÂNUA. ART. 487, II, NCPC. SÚMULAS 278, 229 E 101 DO STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.- "O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral". Súmula 278, do STJ.- "O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão". Súmula 229, do STJ.- Resta operada a prescrição quando a soma dos lapsos temporais referentes ao período anterior e posterior da suspensão excede o prazo de um ano previsto no art. 206, §1º, II, do Código Civil, e na Súmula 101, do STJ.- Precedente do STJ.- Apelação Cível a que se nega provimento, à unanimidade.

(Apelação 480389-80000095-96.2015.8.17.1540, Rel. Stênio José de Sousa Neiva Coêlho, 2ª Câmara Cível, julgado em 19/12/2018, DJe 11/01/2019)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT - PRAZO PRESCRICIONAL DO ART. 206, §3º, IX, DO CC - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 229 E 405, DO STJ - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO AUTORA - APELO DESPROVIDO - SENTENÇA PRESERVADA - UNANIMIDADE.

(Apelação 518612-50045444-83.2015.8.17.0001, Rel. José Carlos Patriota Malta, 6ª Câmara Cível, julgado em 18/12/2018, DJe 25/01/2019)

Desta forma, a presente ação deverá ser julgada improcedente.

DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA – DISTORÇÃO DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 278 DO STJ

Não assiste razão a parte Autora na tentativa de adequar seu caso à hipótese de afastamento da prescrição em razão da aplicação da súmula 278 do STJ, visto que, em situação diametralmente oposta do que é alegado, percebe-se pelos documentos dos autos que a vítima não submeteu-se a tratamento permanente e contínuo com vistas a recuperação da lesão acometida em virtude do acidente.

Corroborando com o alegado, somente são juntados na exordial documentos médicos da época em que o mesmo sofreu acidente, deixando de acostar laudos que comprovem que este ficou em tratamento contínuo até a suposta ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez³.

Imperioso ressaltar que o simples fato da parte Autora se submeter a uma nova perícia, não pode dar ensejo à renovação do prazo prescricional, sob pena de esvaziar o instituto da prescrição, tornando a ação de cobrança de seguro DPVAT, imprescritível, mormente por se tratar de um seguro cuja uma das coberturas é a invalidez **permanente**.

Forçoso assinalar que a simples alegação de que a “ciência inequívoca” se deu tanto tempo após o fato, abrirá precedentes para que, qualquer indivíduo ajuíze demandas no judiciário com sua pretensão prescrita, bastando apresentar um novo laudo do IML, alegando que sua ciência se deu nesta data.

Ademais, não é crível nem verossímil que, após ter sofrido um acidente que resultou graves lesões e sequelas permanentes, conforme alega o Requerente, após o decurso de tanto tempo é que tenha se dado conta do verdadeiro efeito das lesões sofridas e suas consequências.

Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, irremediável a não aplicação da súmula 278 do STJ, por ser razão da mais lúdima justiça!

DO MÉRITO

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 02/02/2016 após 7 MESES da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 04/07/2015, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante **CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR** da presente lide o que causa grande espanto!

³STJ, A.I nº 1.375.362 – MT, Relator Ministro Raul Araújo, julgamento 30/11/2011 “RECURSO DE APELAÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA - RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - SÚMULA Nº 405 DO STJ - PRAZO DE 03 (TRÊS) ANOS ART. 206, § 3º, IX, DO CC/2002 - SÚMULA Nº 297 DO STJ - INAPLICABILIDADE NO CASO CONCRETO -PRESCRIÇÃO OCORRIDA ANTES DO INÍCIO DE QUALQUER EXAME PERICIAL - IMPOSSIBILIDADE DA PRESCRIÇÃO FICAR DEPENDENTE DE AÇÃO POTESTATIVA DA VÍTIMA – VONTADE DE SE SUBMETER OU NÃO AO EXAME – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.”

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Conforme dispõe o art. 385, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA, haja vista que a narrativa dos fatos, não foi exposta de forma clara e não há testemunhas, constando apenas declarações unilaterais da parte Autora para sua própria conveniência.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do boletim de ocorrência apresentado aos autos, a ré pugna a este d. juízo que seja expedido ofício à delegacia de polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

Conforme dispõe o art. 385, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

Salienta-se que ao dar entrada do processo administrativo a beneficiária afirma que não reconhece como sua a assinatura que consta na autorização de pagamento, na procuração e na declaração de ausência do IML afirmando que estes documentos não foram assinados por ela e não sabe quem assinou.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, para esclarecer quem deu entrada no processo administrativo.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida, requer colhimento do depoimento pessoal da parte autora.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC⁴.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

⁴“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁵.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁶.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

⁵RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁶**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ex Positis, requer seja extinto o feito com julgamento do mérito, com fulcro no art. 487, inciso II do Código de Processo Civil c/c 206, § 3º, inciso IX do Código Civil, por **absolutamente prescrita**.

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e horários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

⁷“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁸**art. 1º. (...)**

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, inscrito sob o nº 2595/SE, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ITABAIANA, 12 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SE 780-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, inscrito na 2592 - OAB/SE, com escritório na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JAQUELINE MARIA DE JESUS**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **ITABAIANA**, nos autos do Processo nº 00057911120198250034.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2019.

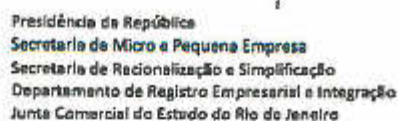


JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



NIRE (DA SEDE DA FILIAL OU RENOVO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Tipa turkiska

Sociedade anônima

Private Entrepreneurship

Normal

Nº do Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERIA

Último Argumento:

00003131303 . 18/12/2017

NIRE: 33.3.C028479.6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Salero(v): 102595004

Hash: ECC52D23-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D4

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
OREI	21,00	21,00

**REQUERIMIENTO**

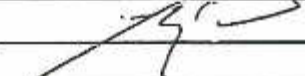
Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIGER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DEPART S/A

NIRE: 333.0429479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/01/2018 SOB O NÚMERO 0000714905 e demais constantes do texto de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFD64856AFAD85ECF8FFD5CF68740F233F496AFDAB0E1FD8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>. Informe o n.º de protocolo.

Page 2/13



JUCEY 1A
www.jucey1a.com

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

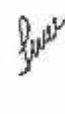
4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: **(a) JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; **(b) HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia;

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

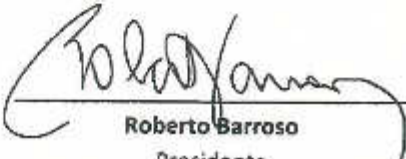
[Assinaturas manuscritas]

7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

12/10

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016



4886507

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 1 de 10

Bernardo F. S. Bervanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92D8296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4998508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

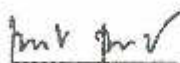
ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo P.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7646C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

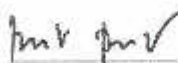
ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10


Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/4

convocada.



4986510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Borwenger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/11



45965511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

15/14

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.



4995512

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10

Bernardo F. S. Benveniste
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 33300284796
Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C66883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

16/7

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4886613

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

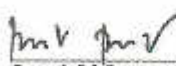
Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretaria Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4298515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9A0C66883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

de março de 1967.

13/4



4996616

XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

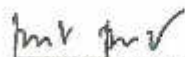
ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabellião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 61 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9300

ADB2B690
088674

Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: **HELIO BITTON RODRIGUES** e
JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (XXXXXXXXXXXX53)
Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.
Em testemunho _____ da verdade.

Conf. por: _____
Serventia _____
Total _____

Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.
ECLP-54081 HDE, DEL-56882 ORS
Consulte em <https://www3.tirijus.br/sitepublico>

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
: 3.2% Escrevente
: CTRB 46062 série 09077 ME
Aut. 2013 3ª Lei 9.985/94

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09.248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



CARTÓRIO
VANELE FALCÃO
Av. Erasmo Braga, 255, loja A - Centro - Rio de Janeiro - RJ 20053-224 - (21) 2532-2121 - 03 de Abril de 2018
108930AA43026

21º OFÍCIO DE NOTAS - DR. VANELE FALCÃO - TABELIA DE NOTAS
Av. Erasmo Braga, nº 255 loja A, Centro - Tel.: (21) 2532-2121 - 03 de Abril de 2018
Reconheço por **AUTENTICIDADE** as firmas de
JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

Em testemunho da verdade.
Márcia LHERME LEAL DE MENEZES WENCESLAU - Escrevente
Emolumentos: R\$ 5,56 - TJ-Fundos: R\$ 2,28 - Total: R\$ 7,84
ECNF75775-ROP
Consulte em: <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 04 de Julho de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190337473 Vítima: JAQUELINE MARIA DE JESUS

Data do Acidente: 04/07/2015 Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA PORTO

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), JAQUELINE MARIA DE JESUS

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

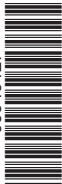
Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00853/00854 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 14530283

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da Vítima

Nome completo da vítima

043.359.795-09

Joqueline Maria de Jesus

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo JAQUELINE MARIA DE JESUS		CPF titular da conta 043.359.795-09	Profissão DO LAR
Endereço Ricanto da SERRA, Rua B		Número 91	Complemento
Bairro Pou. QUEIMADAS	Cidade ITABIANA	Estado SE	CEP 49500-000
Email		Telefone (DDD)	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Lider - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

☒ RECUSO INFORMAR	☐ SEM RENDA	☐ ATÉ R\$ 1.000,00	☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00	
☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assine a uma opção) ☐ BIAJESCO (237) ☐ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAÚ (341)		☐ CONTA CORRENTE (todos os bancos)	
☒ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104) AGÊNCIA NRO. 0561 DUV ☐		BANCO Nome NRO AGÊNCIA NRO. DUV	
CONTA NRO. 00134041.0 DUV ☐ (Informar dígito se existir)		CONTA NRO. DUV (Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Lider a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Itabiana de Abril de 2018
Local e Data

Joqueline Maria de Jesus
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

SEMPRE COM LÍDER ORAÇÃO R. Assessoria 100 34-11-2018 5:24 03/11/25 IN

CAIXA

POUPANÇA



6277 8015 2179 9951

VALIDATE

02/21

JQUELINE MARIA DE JESUS

0561 013 00134041-0

elo



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ITABAIANA

CENTRO CEP 49500000 FONE:() 3431-2810

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2016/06552.0-000367

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ITABAIANA

Endereço: CENTRO CEP 49500000 FONE:() 3431-2810

FATO

Data e Hora do Fato: 04/07/2016 - 17:30 até 04/07/2016 - 18:00

Endereço: PROXIMO AO BAR DE GOIABADA Número: Complemento: CEP: 49500-000

Bairro: Centro Cidade: ITABAIANA - SE Circunscrição: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ITABAIANA

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: NENHUM

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: JAQUELINE MARIA DE JESUS

Nome do pai: JOSE DE JESUS Nome da mãe: LUCIENE MARIA DE JESUS

Pessoa: Física CPF/CGC: 043.359.795-09 RG: 24126802 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: CORONEL JOAO SA Data de nascimento: 05/10/1989 Sexo: Feminino Cor da cutis: Parda

Profissão: DOMESTICA Estado civil: Solteiro Grau de instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: POVOADO QUEIMADA RUA B Número: 91 Complemento: RECANTO DA SERRA

CEP: 49.500-000 Bairro: QUEIMADAS Cidade: ITABAIANA UF: SE

Proximidades: Telefone: 9-9887-6689

HISTÓRICO

RELATA A NOTICIANTE QUE VINHA TRANSITANDO EM UMA MOTO MODELO SHINERAY CHASSIS LXYCBLD1E0530612 QUANDO NAO PERCEBEU UM BURACO EM SUA FRENTE E ACABOU CAINDO COM O VEICULO. QUE FOI SOCORRIDA POR UMA UNIDADE DO SAMU E ENCAMINHADA A O HOSPITAL DE ITABAIANA E

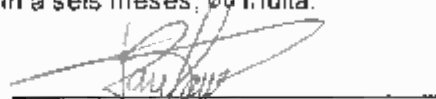
LOGO EM SEGUIDA TRANSFERIDA PARA O HUSE QUE A NOTICIANTE FRATUROU A MÃO DIREITA E TRAUMATISMO CRANIANO. QUE REGISTRA ESTE B.O PARA AÇIONAR O SEGURO DPVAT.

Data e hora da comunicação: 02/02/2016 às 11:24

Última Alteração: 02/02/2016
às 11:24.

CBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.


JAQUELINE MARIA DE JESUS
Responsável pela comunicação


Igor Mendonça de Santana
Responsável pelo preenchimento

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima"), e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador - Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

Joqueline Maria de Jesus

CPF da Vítima

043.359.795-09

Data do Acidente

04/01/2015

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

E-mail

Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

☒ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

JOQUILIANA 10 de *Abril* de *2018*
Assinatura e Data

Joqueline Maria de Jesus
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

SEGURADORA LÍDER DPVAT R. Assembleia 100 38-MHI-2818 15:19 031116 1/1

RELATÓRIO 01528 / 2015 REFERENTE À OCORRÊNCIA

NÚMERO: 1507040422 / SR – SAMU

O SAMU 192 SERGIPE foi acionado às 17h44min do dia 04 de Julho de 2015, para atendimento de vítima identificada como **Jaqueline Maria de Jesus**, com relato de **queda de moto**, no município de Itabaiana.

A equipe da Unidade de Suporte Básico – Itabaiana, removeu a vítima para Unidade Hospitalar, onde deixou o paciente aos cuidados da equipe.

Aracaju, 26 de Outubro de 2015



Maria Roberta Santana Barreto
CRM 10.156/SE - 0689
Coordenadora Médica
SAMU - 192 Sergipe

Maria Roberta Santana Barreto

Coordenadora Médica

SAMU 192 SERGIPE



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 271706 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docoriginal.aspx?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF²**.

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e *scalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu **CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA PORTO** inscrito (a) no CPF sob o Nº **113.032.537-71**, na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário **JAQUELINE MARIA DE JESUS** Inscrito(a) no CPF sob o Nº **043.359.795-09** do sinistro de DPVAT cobertura **INVALIDEZ** da Vítima **JAQUELINE MARIA DE JESUS** inscrito (a) no CPF sob o Nº **043.359.795-09** conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço		Numero	Complemento
RUA DA LAPA		120	SALA 901
Bairro	Cidade	Estado	CEP
CENTRO	RIO DE JANEIRO	RJ	20021-180
E-mail		Telefone comercial (DDD)	Telefone Celular (DDD)
carlosporto1984@gmail.com		(21) 3114-2044	(21) 9.7649-5270

Rio de Janeiro [RJ], 24 de Maio de 2018.

Assinatura do Declarante

ATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

DO BE: 1203232

DATA: 04/07/2015

HCRA: 20:52

USUARIO: RSSANTOS

SETOR: 06-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : JAQUELINE MARIA DE JESUS DOC....
 JADE..... 23 ANOS NASC: 00/00/0000 SEXO... FEMININO
 ENDEREÇO..... RUA PROJETAIA 129 NUMERO: 129
 COMPLEMENTO..... BAIRRO: CENTRO
 MUNICIPIO..... ITABAIANA UF: SE CEP....
 NOME PAI/MAE... /LUCIENE MARIA DE JESUS SANTOS
 RESPONSÁVEL... LUCIENE / MAE TEL.... 98075689
 PROCEDENCIA... ITABAIANA
 ATENDIMENTO... ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
 CASO POLICIAL... NAO PLANO DE SAUDE... NAO TRAUMA: NAO
 ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

PA: [X] m/f [] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
 [] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

Paciente vítima de acidente motociclistico, apresentando lesões e sinais normais. Não alergia a medicamentos. @ Voz alterada, rouca, com presença de hemoptise recente e palpações @ M.V. @ sem sinais H.T. s/R.A. @ Pulso radial palpável, com frequência de 70 bpm. @ E.C.G. 12 @ ECG 15, pupilas reativas a fotoreação. @ Abdomen flácido, com presença de dor difusa e palpável, dificuldade de mobilização de mãos frequentes.

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM:

Viz: lesão a pele de escoriação na face da mandíbula, região da mandíbula e maxilar.

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRIÇÃO

HORARIO DA MEDICACAO

① Difenidramina 2mg + 8mg de A.D. IV

② Paracetamol 1000mg PO q 6h

② Paracetamol 1000mg + 1000mg S.F. E.H.

③ R.O. X 1 não agitada 12 pontos

③ Color Cervical

④ R.O. X 1 pontos 12 pontos

④ Avaliação da Neurocirurgia

DATA DA SAÍDA:

HCRA DA SAÍDA:

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

RADIOLOGIA / IMH

Realizado em

04/07/2015

15h30

Téc. em Radiol. 115

⑤ Avaliação da Otorrinolaringologia

⑥ Avaliação do CB.M.F.

«ТРИУМФ» картина написана в милой, интеллигентной, ~~простой~~ простой, легкой манере.

No more limits into and within each section are
there for (D) + Extension.

Supponi di trovare le sue appoggiate (D).

Solito exoner radiographis. Ph. m. m. m. m. m.

Préal le tout p/ axes géométriques

2x → 2

Dr. Michael A. Hirsch
Rice Manor, Texas
CNC # 2534

The Hon. Mr. Speaker
 President of the Senate
 Senate Chamber
 Washington, D.C.

0320-7179/97 \$05.00

1032

Byg

05/04/15

63:32

TAC: $\approx$ feature fusion

20. (1) $\Delta A \Delta B \Delta F$

[Handwritten signature]

025222

04072015 Ant. V. Max. 12.11.

St. Peter's, Libertyville, Illinois

Renato Teixeira CRM 1450
Ortopedia Traumatologia

10/6/12 #MCC

W. J. A. M.

SENIOR

Figure 15.

MR. [REDACTED]
CRM 4330.55

MR. No. 12
CNC - 604 4440

Robert R. Allen
Forsman & Co.

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: MARCELINE MARIA DE JESUS

DATA DA ENTRADA: 24.07.15

DATA DA SAÍDA: 06.07.15

INTERNAMENTO: PS ☒ ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente em tratamento no ambulatório de hipertensão arterial, com diagnóstico de hipertensão grau II, em uso de medicação por 10 anos, com controle satisfatório.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

Não possui histórico cirúrgico.

EXAMES COMPLEMENTARES:

TC de crânio: normal

TC de crânio: Fratura de bexiga transtorno de 13

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Paulo S. Teixeira

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO ☒ TRANSFERIDO () ÓBITO ()

Dr. César V. Almeida
Médico do Setor de Análise de Prontuário

ARACAJU, 09 de Out. de 2015

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 117160
Numero do CNS.....: 0000000000000000
Nome.....: JAQUELINE MARTA DE JESUS /
Documento.....: Tipo :
Data de Nascimento: 1/01/1992 Idade: 23 anos
Sexo.....: FEMININO
Responsavel.....:
Nome da Mae.....: ROCILENE MARIA DE JESUS SANTOS
Endereco.....: RUA PROJETADA 129 129
Bairro.....: CENTRO Cep.: 00000-000
Telefone.....: 98076689
Município.....: 2802908 - - SE
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1203232
Clínica.....: 940 - PS VERDE TRAUMA 1
Leito.....: 999.0029
Data da Internacao: 05/07/2015 /
Hora da Internacao: 21:41
Medico Solicitante: 009.375.994-39 MARCOS PAULO DOS SANTOS TEIXEIRA
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
Diagnostico.....: NAO INFORMADO
Identif. Operador..: TESANTOS

INFORMACOES DE SAIDA

Proc. Realizado:
Dt. Hr Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida:
CID Principal:
CID Secundario:
Principal:
Secundario:
Outro:

PRONTO SOCORRO - HUSEHOSPITAL DE URGÊNCIAS DE SERGIPE
COLETIVO HORIZONTAL**PRESCRIÇÃO MÉDICA**

4 / 7 / 2015

NEUROCIRURGIA

Diagnóstico: Tm

NOME: JAQUILAS MARIA Jr 71335-23a

Prescrição e Dieta

1.	Dieta <u>DIETA LINDO</u>	
2.	SF 0,9% 500 ml + GH 50% 20ml + KCl 19,1% 10ml IV de 8/8h	DE / 14 22
3.	Dipirona 01 amp + AD IV 6/6h	DE / 10 16 22
4.	Profenid 100mg + SF 100ml EV de 12/12h	1 / C/S 20
5.	Tramal 100mg 01 ampola + SF 100ml EV de 8/8h	DE / 18 02
6.	Ranitidina 50mg + AD 20ml IV de 8/8h	DE 18 02
7.	Plasil 2ml + AD 20ml IV de 8/8h SOS	500
8.	Clexane 40 mg SC 1x ao dia (OU Heparina 5000 UI SC 8/8 hs)	1 / 22 01
9.	Diazepam 10mg EV se crise convulsiva	
10.	Anti-convulsivante: _____	
11.	Captopril 25mg VO Sc PA > 160 x 100mmHg	
12.	Glicemia capilar 6/6 horas	
13.	Insulina Regular SC conforme esquema: < 200: 0 201 - 250: 2 UI 251 - 300: 4 UI 301-350: 6UI 351-400: 8UI > 400: 10 UI	
14.	Glicose 25% 3 amp EV se glicemia < 70mg/dL	
15.	Lactulona 20 ml ou Oleo Mineral 20ml de 8/8h se constipação	
16.	Cabeceira elevada a 30°	Atencao
17.	Sinais Vitais de 6/6 horas	
18.	AVULSÃO DA DENTELADA	
19.	AVULSÃO DA COROA	6.3h = aguardando, 8h manhã mais
20.		
21.		
22.		
23.		

HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE SERGIPE
COLETIVO HORIZONTAL

4 / 4 / 2015

Diagnóstico: *Thm*

Jacqueline Maria V. Ziss 23a

Prescrição e Dieta

1. Dieta *Dietal Fato*
2. SF 0,9% 500 ml + GII 50% 20ml + KCl 19,1% 10ml IV de 8/8h
3. Dipirona 01 amp + AD IV 6/6h
4. Profenid 100mg + SF 100ml EV de 12/12h
5. Tramal 100mg 01 ampola + SI 100ml EV de 8/8h
6. Ranitidina 50mg + AD 20ml IV de 8/8h
7. Plasil 2ml + AD 20ml IV de 8/8h SOS
8. Clexane 40 mg SC 1x ao dia (OU Heparina 5000 UI SC 8/8 hs)
9. Diazepam 10mg EV se crise convulsiva
10. Anti-convulsivante: _____
11. Captopril 25mg VO Se PA > 160 x 100mmHg
12. Glicemia capilar 6/6 horas
13. Insulina Regular SC conforme esquema:
 < 200: 0 301-350: 6UI
 201 - 250: 2 UI 351-400: 8UI
 251 - 300: 4 UI > 400: 10 UI
14. Glicose 25% 3 amp EV se glicemia < 70mg/dL
15. Lactulona 20 ml ou Oleo Mineral 20ml de 8/8h se constipação
16. Cabeceira elevada a 30°
17. Sinais Vitais de 6/6 horas
- 18.
19. Avaliação SA Ontoprima
20. Avaliação SA COME
- 21.
- 22.
- 23.

0205

MPT

Continued from p. 100

and

and

Subject to the provisions of the

and

10

PRONTO SOCORRO - HUSE

HOSPITAL DE URGÊNCIAS E SOFIC
CALLE ANDRÉS BELLER ZARATE

PRESCRIÇÃO MÉDICA

05/07/2015

NEUROCIRURGIA

Diagnóstico:

TUM

NOME:	Cecilia Maria da Silva	
	Prescrição e Dieta	
1.	Dieta oral branda	
2.	SF 0,9% 500 ml EV 8/8 hs	
3.	Dipirona 01 amp - AD IV 6/6h	
4.	Clexane 40 mg SC 1x ao dia (OU Heparina 5000 UI SC 8/8 hs)	
5.	Plasol 12ml + AD 20ml IV de 8-8h	SOS
6.	Omeprazol 40mg EV de 24/24h	
7.	Hidantal 100mg + 20ml AD IV 8/8 hs	
8.	Profenid 100mg + SF 100ml EV de 12/12h	
9.	Tramal 50mg 01 ampola + SF 100ml EV de 8-8h	
10.	Captopril 25mg VO se PA > 160 x 100mmHg	
11.	Glicemia capilar 6/6 horas	
12.	Insulina Regular SC conforme esquema: < 200: 0 301-350: 6UI 201 - 250: 2 UI 351-400: 8UI 251 - 300: 4 UI > 400: 10 UI	
13.	Glicose 25% 3 amp IV se glicemia < 70mg/dl	
14.	Cabeceira elevada a 30°	
15.	Sinais Vitais deb 6 horas	
16.	Assinatura do médico	
17.	Assinatura do enfermeiro	
18.	Assinatura do farmacêutico	
19.	Assinatura do nutricionista	
20.	Assinatura do fisioterapeuta	
21.	Assinatura do psicólogo	

Dr. Ilmar Taub de S. Pinheiro
MR. Neurocirurgião
RUBRICADO
CRM 43.305-SP

PRONTO SOCORRO - HUSE

HOSPITAL DE URGENCIAS DE SERGIPI

COLETIVO HORIZONTAL

PRESCRIÇÃO MÉDICA

05.02

05.02.2015

NEUROSURGERY

Diagnóstico:

TPN

NOME:

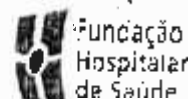
NOME: Jaqueline Floris de Jesus, 13

Prescrição e Dieta

- | | |
|-----|--|
| 1. | Dieta oral branda |
| 2. | SF 0,9% 500 ml EV 8/8 hs |
| 3. | Dipirona 01 amp + AD IV 6/6h |
| 4. | Clexane 40 mg SC 1x ao dia (OU Heparina 5000 UI SC 8/8 hs) |
| 5. | Plasil 2ml + AD 20ml IV de 8/8h SOS |
| 6. | Omeprazol 40mg EV de 24/24h |
| 7. | Hidantal 100mg - 20ml AD EV 8/8 hs |
| 8. | Profenid 100mg - SF 100ml EV de 12/12h <i>supero.</i> |
| 9. | Tramal 50mg 01 ampola - SF 100ml EV de 8/8h |
| 10. | Captopril 25mg VO se PA > 160 x 100mmHg |
| 11. | Glicemia capilar 6/6 horas <i>supero.</i> |
| 12. | Insulina Regular SC conforme esquema: |
| | < 200: 0 301-350: 6UI |
| | 201 - 250: 2 UI 351-400: 8UI |
| | 251 - 300: 4 UI > 400: 10 UI |
| 13. | Glicose 25% 3 amp EV se glicemia < 70mg/dL |
| 14. | Cabeceira elevada a 30° |
| 15. | Sinais Vitais de 6/6 horas |

16. Soluto. Rx da coluna torácica
17. - - - - - lombo-moore

*Dr. W. H. ...
FBI ...
New Orleans ...
... 8930-SE*



PRONTO SOCCORRO - HOUSE

ÁREA AZUL

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome do Paciente:

Nº Prontuário/FAE:

Sexo:

Idade:

Pesc

Nº Atendimento.

Diagnóstico:

Horário

DATA	HORA	PRESCRIÇÃO E DIETA	HORARIO
		Dieta:	
		Antak 01 Ampola IV de 12/12 hs	
		Dipirone 02ml + 10 AD EV de 6/6 hs S/N	
		Plasil 02ml + 18 AD EV 8/8 hs S/N	
		Captopril 25mg 01 CP VO se PAD ≥ 160 mmHg ou PAS > 100 mmHg	
		Glicemia Capilar de 6/6 hs	
		Insulina Regular, SC, conforme glicemia capilar (mg/dl):	
		< 200: Ø	
		201 - 250: 02 UI	
		251 - 300: 04 UI	
		301 - 350: 06 UI	
		351 - 400: 08 UI	
		> 400: 10 UI	
		Glicose 25% 03 Ampolas EV se Glicemia < 70 mg/dl chamar o Plantonista	
		Avaliação do Especialista:	

Sinais Vitais UT					
Horário	PA (mmHg)	Glicemia	Temp (°C)	Pulso	FC
6:00 h					
12:00 h					
18:00 h					
00:00 h					

PRONTO SOCORRO - HUSE

HOSPITAL DE URGÊNCIA - 2015

CEXOT - CENTRO DE EXAMES

14/03/15

NEUROCIRURGIA

Diagnóstico:

NOME: JAQUELINE MARIA DE JESUS

Prescrição e Ubers

1.	Dietas oral branca
2.	SF 0,9% 500 ml EV 8/8 hs
3.	Daptone 01 amp 1 AD IV 6/6h
4.	Clexane 40 mg SC 1x ao dia (OU Heparina 5000 UI SC 8/8 hs)
5.	Plasil 2ml - AD 20ml IV de 8/8h SOS
6.	Omeprazol 40mg EV de 24/24h
7.	Hidantal 100mg + 18 ml AD EV 8/8 hs
8.	Prolepid 100mg + SF 100ml EV de 24/24h
9.	Tamial 50mg 01 ampola + SF 100ml EV de 8/8h
10.	Captopril 25mg VO se PA > 160 x 100mmHg
11.	Glicemia capilar 6/6 horas
12.	Insulina regular SC conforme esquema < 200: 0 201 - 250: 2 UI 251 - 300: 4 UI > 400: 10 UI
13.	Glicose 75% 3 amp EV se glicemia < 70mg/dL
14.	Cabeceira elevada a 30°
15.	Sinais vitais de 6/6 horas
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	

Dr. Marcelo Pinheiro de Almeida
R. 910
CRM 22.10.24

PRESCRIÇÃO MÉDICA

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: JADUELINE MARIA DE JESUS

DATA DA ENTRADA: 24/07/15

DATA DA SAÍDA: 06/07/15

INTERNAÇÃO: PS ☒ ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente em observação no ambulatório de atendimento de emergência, após avaliação clínica e exame físico, encaminhada para observação em enfermaria. Evoluiu com melhora da sintomatologia, sendo alta em 06/07/15.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

TC de crânio: normal

TC de coluna: Fratura do processo transverso de T4

MÉDICOS ASSISTENTES

Dr. Paulo S. Teixeira

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO ☒ TRANSFERIDO () ÓBITO ()

Silvia César V. Almeida
Especialista em Saúde da Família
CRM: 10.100

ARACAJU, 09 de Out. de 2015

MÉDICO DO SETOR DE ATENDIMENTO DE PRONTUÁRIO



CLINICAL CENTER
**SOARES
CUNHA**

Documentação médico-hospitalar



RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Nome Completo: Wesley Soares da Cunha

CRM Nº 3365 UF: SE

Endereço Completo e Telefone: Rua Campo do

Brito, 823 - 1º Andar - São José

Tel: (79) 2107-1418 / 2107-1417

Cidade: Aracaju UF: SE

1ª Via: retenção na Farmácia ou Drogeria.

2ª Via: orientação ao Paciente

Wesley Soares da Cunha
Neurologista

CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO

Paciente: Angélica Maria Jesus

Endereço: _____

Prescrição: Desferrioxal 500mg 1x1

Desferrioxal 500mg 1x1

Data: / /

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome: _____

Ident.: _____ Org. Emissor: _____

End.: _____

Cidade: _____ UF: _____

Telefone: _____

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

ASSINATURA DO FARMACÊUTICO DATA: / /



CLINICAL CENTER
**SOARES
CUNHA**

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Nome Completo: Wesley Soares da Cunha

CRM Nº 3365 UF: SE

Endereço Completo e Telefone: Rua Campo do

Brito, 823 - 1º Andar - São José

Tel: (79) 2107-1418 / 2107-1417

Cidade: Aracaju UF: SE

1ª Via: retenção da Farmácia ou Drogeria.

2ª Via: orientação ao Paciente

Atestado de Controle Especial
Pneumologia
Data: 10/05/2011

CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO

Paciente: Joqueline Gomes Jesus

Endereço: _____

Prescrição: Insulinolipoma 30mg 03 c/c

insulinolipoma 30mg 03 c/c. 03 c/c

Data 1 / 1 / _____

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome: _____

Ident.: _____ Org. Emissor: _____

End.: _____

Cidade: _____ UF: _____

Telefone: _____

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

ASSINATURA DO FARMACÊUTICO DATA: _____

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA

SE 28-309989

/E

B

*Dr. Wesley Soares da Cunha
Neurologista
CRM 3365
Itabaiana/SE*

ASSINATURA DO EMITENTE

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE



Wesley Soares da Cunha

Neurologista
CRM 3365
Av. Nivalda Lino Figueiredo, 438 - Centro
Itabaiana/SE
Tel.: (78) 65833-8968
e-mail: soarescunha@centro@hotmail.com

Paciente:

Josuelma Jesus dos

Endereço:

Medicamento ou Substância

Clonazepam

Quantidade e Forma

02 un

Dose por Unidade Posologia

03 un

Posologia

03x 3x3x

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome:

Endereço:

Telefone:

Identidade Nº:

Órgão Emissor:

CARIMBO DO FORNECEDOR

Nome do Vendedor

Data

GRÁFICA E PAPELARIA SANTOS LTDA - Rua Campo do Brito, 114 - Fone: 3431-3935 - Itabaiana/SE - CNPJ: 04.180.244/0001-54
20 Tls. 20x1 via - de 28-308.732E a 28-310.132E - Aut. Visa nº. 21/2018 de 28/05/2018

NOME DO PACIENTE: Agnelini, Jairo de Jesus
DATA DA ENTRADA: 06/04/2015
DATA DA SAÍDA: 06/04/2015

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS () ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de acidente de trânsito, ferido de peso por um protuberância lateral da cabeça, para dentro, ferido por 15. Ferimento de profundidade de aproximadamente 2 cm, sangramento moderado em face posterior. R-x para fratura de crânio e coluna cervical. TC de crânio e coluna cervical. Tratamento do ferimento com sutura. Alta após realização de atendimento.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

RECEBIDO

20 MAR 2019

Seguradora Líder DPVAT

EXAMES COMPLEMENTARES:

Radiografia
TC de crânio e coluna cervical

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Nivaldo Firmino, Dr. Marcelino Augusto, Dr. Casimiro Pinheiro da Silva, GEM 3694, Dr. Renato Texeira, Dr. Marcos Paulo Texeira.

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO () TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 16 de fevereiro de 2019

Assinado

HOSPITAL REG DR PEDRO GARCIA MORENO

NOME: 265742

DATA: 04/07/2015 HORA: 18:50 USUARIO: MOCORNELIO
SETOR: 05-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : JAQUELINE MARIA DE JESUS DOC....: 24126802
 IDADE.....: 25 ANOS NASC: 05/10/1989 SEXO...: FEMININO
 ENDEREÇO.....: POV QUEIMADAS NUMERO: 0000
 COMPLEMENTO....: CASA BAIRRO: CENTRO
 MUNICIPIO.....: ITABAIANA UF: SE CEP....: 49500-000
 NOME PAI/MAE...: JOSE DE JESUS /LUCIENE MARIA DE JESUS
 RESPONSÁVEL....: A MÃE TEL....: 079 98076
 PROCEDENCIA....: ITABAIANA - CENTRO - SE 89
 ATENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO
 CASO POLICIAL.: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
 ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [] K mmHg] PULSO: []] TEMP.: []] PESO: []]

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS:

Paciente trazida pelo socorro por trauma abdominal de acidente (queda de moto) e tce seguido de síncope. A = VAP e color B = MVA SI RA.
 C = Pulso diminuído. D = fômites. PIFR. 31 difíceis focais. E = PC

ANOTACOES DA ENFERMAGEM: em face analise da ambulancia. Cateter per
 sem outras alterações. Torax e sinistral de fratura. Boca estéril
 Abdomen flácido indolor. Extremidades e sinistral de fratura.

DIAGNOSTICO

CID:

PRESCRICAO

Marcos Capralho dos Anjos
 TEE Em Regime Médico
 ORTR-004751

HORARIO DA MEDICACAO

1) Difenidramina 4ml (iv)

579-605-56

2) Paracetamol 100mg + SF 0.9% 100ml (iv)

3) Radiografias

21.10

Chamada de Emergência

9883

04/07/2015

DATA DA SAIDA:

HORA DA SAIDA:

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO TECNICA [] DESISTENCIA
 [] ENCAMINHADO PC AMBULATORIO
 INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATÉ 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IN [] ANATÓMICA

Donalinda dos Santos

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO CO

HOSPITAL REGIONAL DE ITABAIANA

Dr. PEDRO GARCIA MORENO FILHO

UP: PRONTO SOCCORSO

ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

☐ BUSCA ESPONTÂNEA ☐ ENCAMINHAMENTO ☐ SAMU ☐ CORPO DE BOMBEIRO
☐ AMBULÂNCIA ☐ GESTANTE ☐ ACIDENTE DE TRABALHO

Duração da Queixa: ☒ Agudo ☐ Crônico:

Alergias: ☐ Sim ☐ Não. Qual?

História Progressiva: ☐ DM ☐ Cardiopatas.
☐ HAS ☐ Etílica ☐ Tabagista

[illegible]

<u>Sistema Nervoso</u>		<u>Sistema Respiratório</u>		<u>Sistema Cardiovascular</u>	
Consciente	Inconsciente	Eupneico	Tosse	Normocárdico	Hipotenso
Orientado	Desorientado	Ortopnéia	Hemoptise	Hipertenso	Normotenso
Torpor	Confuso	Tagulatório	Secreção	Dor Torácica	Bradicárdico
Tonturo	Náusea	Tir. Intercoastal	Tir. Subcoastal	Angina	Precordialgia
Isocoria	Miopia	Dispneico	Bradipneico	P. Rômico	P. Arritmico
Anisocoria	Miose			Tagicárdico	

<u>S. Gastrointestinal</u>		<u>Sistema Geniturinário</u>			<u>Sistema Osteoarticular</u>	
Flácido	Hematemese	Anúria	Hicúria	C/Sedimentos	Artralgia	Atrofia
Globoso	Melena	Colúria	Hemonúria	Giordano	Cervicalgia	Lombalgia
Êmese	Constipação	Oligúria	Polaciúria		Espasmos	Cimbra
Pírese		Disúria	Priapismo		Hemiparesia	Hemiplegia
Diarréia		Bexigoma	Limpido e Claro		Paraplegia	
Rígido		Dtúrese Concentrada	+	-	Susp. Fratura/Qual?	

Uso de Medicação: ☐ Não ☐ Sim,
Qual?

Especialidade:				
Clinico	Cirurgico	Pediatrico	Otorrinolaringologico	Enfermagem

Classificação de Risco				
Azul	Verde	Amarelo	Vermelho	

Nome da Classificação:

Carimbo e Assinatura do Enfermeiro

[illegible]

CIGW Dear Mr. - Escomin Lav
SOLUNA CX FAX

~~CONFIDENTIAL~~

OK
ATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

DO BE: 1203232

DATA: 04/07/2015

HORA: 20:52

USUARIO: RSSANTOS

SETOR: 06-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

ME : JAQUELINE MARIA DE JESUS
IDADE : 23 ANOS NASC: 00/00/0000
ENDERECO : RUA PROJETADA 129
COMPLEMENTO :
MUNICIPIO : ITABAIANA
NOME PAI/MAE :
RESPONSAVEL : LUCIENE / MAE
PROCEDENCIA : ITABAIANA
ATENDIMENTO : ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL : NAO
ACID. TRABALHO : NAO

BARRIO: CENTRO

UF: SE CEP: :
/LUCIENE MARIA DE JESUS SANTO
TEL: : 98076689

DOC: :

SEXO: FEMININO

NUMERO: 129

UF: SE

CEP: :

/LUCIENE MARIA DE JESUS SANTO

TEL: : 98076689

PLANO DE SAUDE: NAO

TRAUMA: NAO

VEIO DE AMBULANCIA: SIM

PA: [X] mmHg

PULSO: []

TEMP: []

PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES:

[] RAO X

[] SANGUE

[] URINA

[] TC

[] LIQUOR

[] ECG

[] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

Acidente vítima de acidente motociclistico, apresentou síncope e náusea vômitos. Nega sangramento. @ Dor pós trauma, com presença de dor em região cervical e palpatores. @ M. @ em ombro P. @ Pulso radial palpável, sem sangramento. FC: 92 @ ECG: 45, ritmos normais e fibrilação. @ Anotações da enfermagem: @ Dor pós trauma, com presença de dor difusa, a palpatores, dificuldade de movimentação de mão esquerda. @ Dor pós trauma, com presença de dor difusa, a palpatores, dificuldade de movimentação de mão esquerda.

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

1. DORADO 2mg + 5mg de A.D. 12

2. RAO X de Ombro Esquerdo 12/100

3. DORADO 100mg + 100mg de S.E. 5/12

3. RAO X de mão esquerda 12/100

3. Dor Pós Trauma

3. RAO X de punho direita 12/100

3. Dor Pós Trauma

DATA DA SAIDA: / /

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO

HORA DA SAIDA: :

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

[] EVASAO

[] DESISTENCIA

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS

[] FAMILIA

[] IML

[] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

RADIOLOGIA/IMF

Realizado por: []

[]

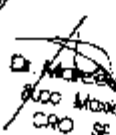
Téc. em Radiologia

(TRUF) Sistema de valas metálicas, resistentes,
simples, não tóxicas.

No caso clínico visto, oal indurimento exposto em
tudo (D) + torção.

Surgiu de fratura de oss. hipomasto (D).

Sobito exames radiográficos - Pl.mento-mare
- local de fr. e p/ oss. hipomasto.

RX  
Dr. Marcello Amaral
Rua Mano Fado
CRO SE 2325

Pl.mento-mare: Paciente com dor no ombro de início de 1 hora sem trauma, dor
de início súbita. Dor mais forte ao movimentar.
No exame físico, edema de 1 cm de espessura, sem sinais de
TC de fratura: Normal
TC de ombro: Fratura de 1 cm de comprimento, sem deslocamento.
Exame físico: Normal

B-4F TAC - fratura fraca -
DS10119
03:30
CD - Alta BME


Dr. Marcello Amaral
Rua Mano Fado
CRO SE 2325

Ortopedia
04/07/15 Pl.mento-mare de 1 cm.
S/Amb. 1 hora de dor.

Renato Teixeira CRM 1450
Ortopedia e Traumatologia

05/07/15 - NEE
Pl.mento-mare de 1 cm.

05/07/15 - NEE
Pl.mento-mare de 1 cm.
S/Amb. 1 hora de dor.

Dr. Marcos Paulo S. Teixeira
MR - Neufem
FBC - CRM 4330-SI

05/07/15 - NEE
Pl.mento-mare de 1 cm.



CLINICAL CENTER
**SOARES
CUNHA**

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Nome Completo: Wesley Soares da Cunha

CRM Nº 3365 UF: SE

Endereço Completo e Telefone: Rua Campo do

Brito, 823 - 1º Andar - São José

Tel: (79) 2107-1418 / 2107-1417

Cidade: Aracaju UF: SE

1ª Via: retenção da Farmácia ou Drograria.

2ª Via: orientação ao Paciente

Dr. Wesley Soares da Cunha
Neurologista
CRM-SE 3365

CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO

Paciente: Joqueline Zucchi Jato

Endereço: _____

Prescrição: Regime de dieta

na qual foram obtidos

Data / /

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome: _____

Ident.: _____ Órg. Emissor: _____

End.: _____

Cidade: _____ UF: _____

Telefone: _____

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

ASSINATURA DO FARMACEUTICO DATA: / /



CLINICAL GENETICS
**SOARES
CUNHA**

Dr. Wesley Soares da Cunha
Neurologista Clínico

Relatório médico

Relato que o paciente Jaqueline possui
do tipo operatório sem os sintomas de
Lúcio como Bureau! Incapacidade de
relaxar sozinho, necessitando de terapia
medicamentosa, de de psicoterapia
para controle do quadro de
Outro aspecto a seguir a frequência

F43.1

F45.0

Dr. Wesley Soares da Cunha
Neurologista
CRM-SP 238.172

36/03/13

SÃO LUCAS PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO

Rua Campo do Brito, 823 - 1º Andar - São José - Aracaju.
Tel: (79) 2107-1418 / 2107-1417.

CLÍNICA VITAE

Rua Jackson de Figueiredo, 456 - Centro - Itapalanga
Tel: (79) 3431-3050 / 99643-2224

S/DATASUS

HOSPITAL REC DR PEDRO GARCIA MORENO

Nº DO BE: 265742 DATA: 04/07/2015 HORA: 18:50 USUARIO: MOCORNELIO
CNS: SETOR: C3-SUTURA

FAE LANÇADA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE
NOME: JACQUELINE MARIA DE JESUS DOC.: 24126802
IDADE: 25 ANOS NASC: 05/10/1989 SEXO: FEMININO
ENDERECO: POV QUEIMADAS NUMERO: 0000
COMPLEMENTO: CASA BAIRRO: CENTRO
MUNICIPIO: ITABAIANA UF: SE CEP.: 49500-000
NOME PAI/MAE: JOSE DE JESUS /LUCIENE MARIA DE JESUS
RESPONSAVEL: A MAE TEL.: 079 980766
PROCEDENCIA: ITABAIANA - CENTRO - SE 89
ATENDIMENTO: ACIDENTE MOTOCTCLISTICO
CASO POLICIAL: NAO PLANO DE SAUDE: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X] mmHg PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS:

paciente trazida pelo irmão por acidente de trânsito (moto) e teve sequelas de fratura. A = VAP e color B = MUA S/ RA
C = pulso duro D = forçamos P/R 3/1 difíceis focais. E = FCC
ANOTACOES DA ENFERMAGEM: em foco de fratura de humero. Paciente com
sem outras alterações. Tomar 1/2 comprimido de fratura. Bonec estavel
Alta em fratura reduzida. Ex fratura de humero de fratura.
DIAGNOSTICO CID:

PRESCRICAO

Marcos Capralho dos Anjos

TEL. 081 904757

CRTR-004757

HORARIO DA MEDICACAO

1) Dipirona 500mg

579-605-56

2) Paracetamol 100mg + S.O. 100ml (IV)

3) Radiografias

21/10
Anjos

9888
04/07/2015

DATA DA SAIDA:

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNAÇÃO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

HORA DA SAIDA: 18:50
TÉCNICO: [] DESISTENCIA

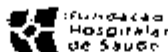
TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS

[] FAMILIA [] ANAT. PATOL

Assinatura do paciente/responsável

Assinatura e Carimbo Médico



HOSPITAL REGIONAL DE ITABAIANA

Dr. PEDRO GARCIA MORENO FILHO

UP: PRONTO SOCORRO

ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

☐ BUSCA ESPONTÂNEA ☐ ENCAMINHAMENTO ☐ SAMU ☐ CORPO DE BOMBEIRO
☐ AMBULÂNCIA ☐ GESTANTE ☐ ACIDENTE DE TRABALHO

Duração da Queixa: ☐ Agudo ☐ Crônico

Alérgico: ☐ Sim ☐ Não. Qual?

História Progressiva: ☐ DM ☐ Cardiopatias
☐ HAS ☐ Etilista ☐ Tabagista



Sinais Vitais:

FC (bpm)	TA (mmHg)	SRQ (mg)	Tem °C	PA (mmHg)	GLC (mg/dL)	Press (Kg)

Escala de Coma de Glasgow:

Abertura Ocular	Resposta Verbal	Resposta Motora	TOTAL

Sistema Nervoso

Consciente	Inconsciente
Orientado	Desorientado
Torpor	Comato
Tontura	Nausea
Isocoria	Midriase
Anisocoria	Miose

Sistema Respiratório

Eupneico	Tosse
Ortopneia	Hemoptise
Taquipneico	Secreção
Tir. Intercoastal	Tir. Subcostal
Dispneico	Bradipneico

Sistema Cardiovascular

Normocárdico	Hipotensão
Arritmia	Normotensão
Dor Torácica	Bradicárdica
Angina	Precordialgia
P. Rítmico	P. Arritmico
Taquicárdico	

S. Gastrointestinal

Flácido	Hemotêmese
Globoso	Melena
Êmese	Constipação
Pirose	
Diarreia	
Rígido	

Sistema Genit urinário

Anúria	Micrúria	C/Sedimentos
Colúria	Hematuria	Giordano
Oligúria	Polaciúria	
Disúria	Priapismo	
Bexigoma	Limpido e Claro	
Diurese Concentrada		

Sistema Osteoarticular

Artralgia	Atrofia
Cervicalgia	Lombalgia
Espasmos	Cómbria
Hemiparesia	Hemiplegia
Paraplegia	
Susp. Fratura/Qual?	

Uso de Medicação: ☐ Não ☐ Sim. Qual?

Especialidade:

☐ Clínica ☐ Cirúrgica ☐ Pedidrica ☐ Ortopédica ☐ Enfermagem

Classificação de Risco

☐ Azul ☐ Verde ☐ Amarelo ☐ Vermelho

Marca da Classificação:

Carimbo e Assinatura do Enfermeiro

Data/Hora

Evolução da Enfermagem

Data/Hora

Anotação de Enfermagem

CIDM QUM AUC ESTO AUC SAE
SOLICITADO CX SAE

Dr. Pedro Garcia Moreno Filho
Enfermeiro
Carimbo e Assinatura do Enfermeiro

ATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

DO BE: 1203232

DATA: 04/07/2015

HORA: 20:52

USUARIO: RSSANTOS

SETOR: 06-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

ME : JAOUELINE MARIA DE JESUS
 DAE: 23 ANOS NASC: 00/00/0000
 NDERECO: RUA PROJETADA 129
 COMPLEMENTO: BAIRO: CENTRO
 MUNICIPIO: ITABAIANA UF: SE CEP: /
 NOME PAI/MAE: /LUCIENE MARIA DE JESUS SANTOS
 RESPONSAVEL: LUCIENE / MAE TEL: 98076689
 PROCEDENCIA: ITABAIANA
 ATENDIMENTO: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
 CASO POLICIAL: NAO PLANO DE SAUDE: NAO TRAUMA: NAO
 ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
 [] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

Vicente vítima de acidente motociclistico, com lesões em membros superiores e membros inferiores. Mergulha a medicação. @ Vên. cefas, pinças, com pontos de lesão em região crânio e palposas @ M V @ em ambos HT S/R A. @ Pulso radial presentes, sem compressão. @ FC 12 @ ECG 15, pupila reativas e fotomiasa @ Abdome flácido, com ruídos de dor deficiente e rigidez, dificuldade de mobilização de mão esquerda.

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM:

Vên. dando a folha de observação no posto de enfermagem, recebe dispensa e enfermagem.

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

1. Dose de 2ml de S.C. IV. (Dose X 1. Volume de 1ml de S.C. IV)
 2. Prescrição de 1ml de S.F. 50%. (S.F. 50% - 1ml)
 3. Cefazolin 1g IV. (Cefazolin 1g IV)
 4. Avaliação da Neurologia

DATA DA SAIDA:

HORA DA SAIDA:

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
 [] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO
 INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

RADIOLOGIA / IMPL

Realizado em

10/07/15

10/07/15

5. Avaliação da Circulação

6. Avaliação da RME

As Hami lies in the valley of the Hami River, the climate is
hami type (D) + continental.

Solito en una radiografía. El punto negro

Small de hant? p/ une symétrie

2x → 2

Dr. Robert A. Anderson
New Moon Focus
CNO # 7325

21:56h In region activities. Almost all of them are in the same place. Some specific ones.

to region affected. Name of the project is [unclear]
 to [unclear] [unclear], San Jose, Costa Rica.

TC 51 (1970) N 1000

70 St Charles Street
St Charles, Mass. 01981

Figure 1. The effect of the concentration of the *Agrobacterium* suspension on the transformation efficiency of *Agrobacterium* strains.



TAC: ex-Pratone Pri ai

2. ① Alla B m f

DE PROSECUTOR ATTORNEY
 1000 BANKERS BUILDING
 CRO 50 7324

0042000

Cyber2015 - 2016 MAX on U.

St. Peter's, Cambridge

Renato Teixeira Ciril 1450
Onopeltia - Triclistotrogia

10/12/12 10/12/12
10/12/12

August 1, 1944

7-1-1-5

(Figure 15) Same slope as Figure 14

2. Mr. ...
 RAR ...
 FIVE ...

Dr. Alvaro Pineda S. Torres
MR. N. N. N.
FISC. - CUM 430.9.

Spent 24 hrs
furnishing a ha



RELATÓRIO MÉDICO



NOME DO PACIENTE: JAQUELINE ARAÚJO DE JESUS
DATA DA ENTRADA: 24.07.15
DATA DA SAÍDA: 06/07/15

INTERNAMENTO: PS ☒ ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente em tratamento no ambulatório de cardiologia, com diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica, em uso de medicação anti-hipertensiva. Foi encaminhada para avaliação de cardiologista em 24/07/15.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

TC de crânio: Normal

ECG: Fibrilação atrial, frequência cardíaca de 110 bpm

MÉDICOS ASSISTENTES:

Médico: Dr. Paulo S. Teixeira

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO ☒ TRANSFERIDO () ÓBITO ()

Dr. César V. Almeida
Médico Assistente em Medicina
CRM: 12345

ARACAJU, 09 de Out. de 2015

MEDICO RESPONSÁVEL EM CASO DE PRONTUÁRIO

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo... 117160
Numero do CNS... 0000000000000000
Nome... JAOUELINE MARIA DE JESUS /
Documento... Tipo :
Data de Nascimento: 1/01/1992 Idade: 23 anos
Sexo... FEMININO
Responsavel...
Nome da Mae... LUCIENE MARIA DE JESUS SANTOS
Endereco... RUA PROJETADA 129 129
Bairro... CENTRO Cep.: 00000-000
Telefone... 98076689
Município... 2802908 - - SE
Nacionalidade... BRASILEIRO
Naturalidade... SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada... 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1203232
Clinica... 940 - PS VERDE TRAUMA 1
Leito... 999.0029
Data da Internacao: 05/07/2015
Hora da Internacao: 21:41
Medico Solicitante: 009.375.994-09 - MARCOS PAULO DOS SANTOS TEIXEIRA
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
Diagnostico... NAO INFORMADO
Identif. Operador: TESANTOS

INFORMACOES DE SAIDA

Proc. Realizado:
Dt. Hr. Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida:
CID Principal:
CID Secundario:
Principal:
Secundario:
Outro:

PRONTO SOCORRO - HUSE

HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE SERGIPE
COLETIVO HORIZONTAL

PRESCRIÇÃO MÉDICA

9 / 7 / 2015

NEUROCIRURGIA

Diagnóstico: T4m

NOME:	JACQUELINE MARIA DE JESUS, 33a	
	Prescrição e Dieta	
1.	Dieta GEL LÍQUIDO.	
2.	SF 0,9% 500 ml + GH 50% 20ml + KCl 19,1% 10ml IV de 8/8h	08 / 11 32
3.	Dipirona 01 amp + AD IV 6/6h	18 / 11 16 22
4.	Profenid 100mg + SF 100ml EV de 12/12h	18 / 11 20
5.	Tramal 100mg 01 ampola + SF 100ml EV de 8/8h	18 / 11 20
6.	Ranitidina 50mg + AD 20ml IV de 8/8h	18 / 11 20
7.	Plasil 2ml + AD 20ml IV de 8/8h SOS	18 / 11 20
8.	Clexane 40 mg SC 1x ao dia (OU Heparina 5000 UI SC 8/8 hs)	18 / 11 22 01
9.	Diazepam 10mg EV se crise convulsiva	
10.	Anti-convulsivante:	
11.	Captopril 25mg VO Se PA > 160 x 100mmHg	
12.	Glicemia capilar 6/6 horas	
13.	Insulina Regular SC conforme esquema: < 200: 0 201 - 250: 2 UI 251 - 300: 4 UI 301-350: 6UI 351-400: 8UI > 400: 10 UI	
14.	Glicose 25% 3 amp EV se glicemia < 70mg/dL	
15.	Lactulona 20 ml ou Oloco Mineral 20ml de 8/8h se constipação	
16.	Cabeceira elevada a 30°	Atenção
17.	Sinais Vitais de 6/6 horas	
18.	AVANÇO DA ORTOPLASTIA	6.3h e 14h, 22h
19.	AVANÇO DA COMP. CV:	22h
20.		
21.		
22.		
23.		

HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE SERGIPE
COLETIVO HORIZONTAL

9 / 1 / 2015		NEUROCIRURGIA		Diagnóstico: Tumor	
NOME:		JACQUES RIBEIRO DOS SANTOS			
		Prescrição e Dieta			
1.	Dieta	Dietal Líquido			
2.	SF 0,9%	500 ml + GH 50% 20ml + KCl 19,1% 10ml IV de 8/8h			
3.	Dipirona 01 amp	+ AD IV 6/6h			
4.	Profenid 100mg	+ SF 100ml EV de 12/12h			
5.	Tremal 100mg 01 ampola	+ SF 100ml EV de 8/8h			
6.	Ranitidina 50mg	+ AD 20ml IV de 8/8h			
7.	Plasil 2ml	+ AD 20ml IV de 8/8h	SOS		
8.	Clexane 40 mg SC	1x ao dia (OU Heparina 5000 UI SC 8/8 hs)			
9.	Diazepam 10mg	EV se crise convulsiva			
10.	Anti-convulsivante:				
11.	Captopril 25mg VO	Se PA > 160 x 100mmHg			
12.	Glicemia capilar	6/6 horas			
13.	Insulina Regular SC conforme esquema:				
	< 200; 0	301-350: 6UI			
	201 - 250: 2 UI	351-400: 8UI			
	251 - 300: 4 UI	> 400: 10 UI			
14.	Glicose 25% 3 amp	EV se glicemia < 70mg/dL			
15.	Lactulose 20 ml ou Oleo Mineral 20ml	de 8/8h se constipação			
16.	Cabeceira elevada a 30°				
17.	Sinais Vitais de	6/6 horas			
18.	AVANÇADO SA. Oncologia				
19.	AVANÇADO SA. GSK				
20.					
21.					
22.					
23.					

1205

Comparison of the two, 1205
1205

1205

1205

1205
1205
1205

$$\lambda_{\alpha} = \frac{1}{2} \left(\lambda_{\alpha}^{\text{max}} + \lambda_{\alpha}^{\text{min}} \right) \quad \text{for } \alpha = 1, 2, \dots, p.$$

4

Diagnóstico:

INDEX

Prescrição e Dieta

1. Dieta oral branda
2. SF 0,9% 500 ml EV 8/8 hs
3. Dípirona 01 amp + AD IV 6-8h
4. Clexane 40 mg SC 1x ao dia (OU Heparina 5000 UI SC 8/8 hs)
5. Plasil 2ml + AD 20ml IV de 8-8h SOS
6. Omeprazol 40mg EV de 24/24h
7. Micantol 100mg + 20ml AD EV 8-8 hs
8. Profenid 100mg + SF 100ml EV de 12-12h
9. Tramal 50mg 01 ampola + SF 100ml IV de 8-8h
10. Captopril 25mg VO se PA > 160 x 100mmHg
11. Glicemias capilar 6/6 horas
12. Insulina Regular SC conforme esquema:
200 - 0 301-350: 6 UI
201 - 250: 2 UI 351-400: 8 UI
251 - 300: 4 UI 401-450: 10 UI
13. Glicose 25% 3 amp EV se glicemia > 70mg/dl.
14. Cabeceira elevada a 30°
15. Sinais Vitais de 6/6 horas

16

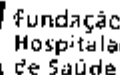
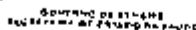
13.

13

19

20

21



PRONTO SOCORRO - HUSE

ÁREA AZUL

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nº Protocolo/FAE:

Sexo:

Tide:

Peso

Diagnóstico:

Hordário

DATA	HORA
------	------

PRESCRIÇÃO E DIETA

HORÁRIO

Sinois Vitaïs 17

Horário	PA (mmHg)	Glicemia	Temp (°C)	Pulso	FC
6:00 h					
12:00 h					
18:00 h					
00:00 h					

PRONTO SOCORRO - HUSE

HOSPITAL DE URGÊNCIA DO HUSE

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL

PRESCRIÇÃO MÉDICA

6/12/2015

12/10/15
NEUROCIRURGIA

Diagnóstico:

NOME: JAQUELINE MARIA DE JESUS

Prescrição e Dieta

1. Dieta oral branda
2. SF 0,9% 500 ml EV 8/8 hs
3. Dipirona 01 amp + AD 1V6/6h
4. Cleveane 40 mg SC 1x ao dia (OU Heparina 5000 UI SC 8/8 hs)
5. Plasil 2ml + AD 20ml IV de 8/8h SOS
6. Omeprazol 40mg EV de 24/24h
7. Lidacrol 100mg + 18 ml AD EV 8/8 hs
8. Profenid 100mg + SF 100ml EV de 12.12h
9. Tramal 50mg 01 ampola + SF 100ml EV de 8/8h
10. Captopril 25mg VO se PA > 160 x 100mmHg

11. Glicemia capilar 6/6 horas

12. Insulina Regular SC conforme esquema:
- 200: 0 301-350: 6UI
- 301 - 350: 2 UI 351-400: 8UI
- 351 - 380: 4 UI > 400: 10 UI
13. Glicose 25% 3 amp EV se glicemia < 70mg/dL

14. Laboreim elevadim 30°

15. Sinais Vitais de 6/6 horas

16. *12/10/15*

17.

18.

19.

20.

21.

Manual Prescritor
Neurocirurgia
12/10/15



RELATÓRIO MÉDICO



NOME DO PACIENTE: ADRIANA MARIA DA SILVA
DATA DA ENTRADA: 24.02.15
DATA DA SAÍDA: 06.03.15

INTERNAMENTO: PS ☒ ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente em internamento no 4º andar
do Hospital de Referência de Aracaju, com
diagnóstico de Síndrome da Coronária Aguda, em tratamento com aspirina e nitroglicerina.
Foi transferida para o setor de Pronto Socorro
em 06/03/2015.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

EC de Coração: Normal
EC de Coração: Fratura de Aorta Transversal
e 1ª

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Paulo S. Teixeira

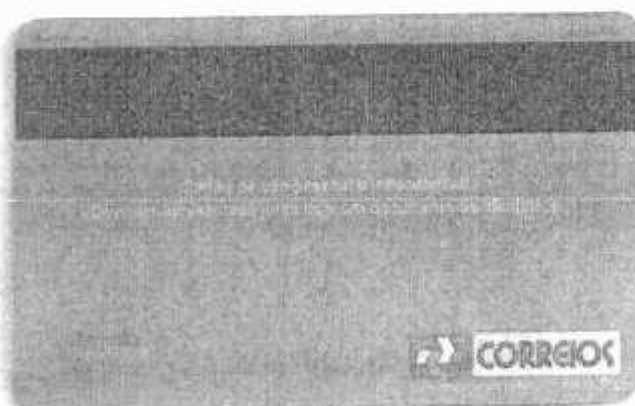
CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO ☒ TRANSFERIDO () ÓBITO ()

Dr. César V. Almeida
Médico de Plantão / Pronto Socorro

ARACAJU, 09 de Out. de 2015

MÉDICO DO SETOR DE URGÊNCIA DE PRONTO-SOCORRO

Obs: Dados obtidos mediante análise do prontuário.



Victima
Victima
 CPF 043.359.795-09



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **043.359.795-09**

Nome: **JAQUELINE MARIA DE JESUS**

Data de Nascimento: **05/10/1989**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **12/09/2006**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **15:19:10** do dia **29/05/2018** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **78B6.48E7.C5F6.E2DE**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190258217 **Cidade:** Itabaiana **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: JAQUELINE MARIA DE JESUS **Data do acidente:** 04/07/2015 **Seguradora:** COMPREV SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 12/04/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DE COLUNA TORÁCICA(T8).

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR.
ALTA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190337473 **Cidade:** Itabaiana **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: JAQUELINE MARIA DE JESUS **Data do acidente:** 04/07/2015 **Seguradora:** COMPREV SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 03/07/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DE COLUNA TORÁCICA(T8).

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190337473 **Cidade:** Itabaiana **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: JAQUELINE MARIA DE JESUS **Data do acidente:** 04/07/2015 **Seguradora:** COMPREV SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 04/07/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DE COLUNA TORÁCICA(T8).

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00